

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Rezende Martins, Estevão C.
HISTÓRIA, DISCURSO E ESTRUTURA
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
12, núm. 1, 2008, pp. 57-66
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526871002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

HISTÓRIA, DISCURSO E ESTRUTURA

*Estevão C. de Rezende Martins**

Resumo. O recurso categorial à noção de estrutura, nas suas diversas relações, pode ser de validade metódica para a elaboração da explicação histórica mas não permite deduzir que a história mesma (como a suma de todos os atos humanos efetivamente praticados) se petrificasse numa estrutura (ou em mais de uma) mesmo se apenas discursiva.

Palavras-chave: teoria da história; narrativa; explicação histórica

HISTORY, DISCOURSE AND STRUCTURE

Abstract. The categorical recourse to the notion of structure, in its many relations, can be methodologically useful in elaborating a historical explanation, but does allow us to deduce that history itself (as the sum of all human acts actually practiced) would solidify itself in a single (or more than one) structure, even if only a discursive one

Keywords: theory of history; narrative; historical explanation

HISTORIA, DISCURSO Y ESTRUCTURA

Resumen: El recurso de categorizar la noción de estructura, en sus diversas relaciones, puede tener validez metódica para la elaboración de la explicación histórica; sin embargo, no permite deducir que la propia historia (entendida como la suma de todos los actos humanos efectivamente practicados) se petrificara en una estructura (o en más de una), aún siendo sólo discursiva.

Palabras clave: teoría de la historia; narrativa; explicación histórica

Lidar com a ação humana e com a busca de seu sentido, impacto e duração é uma tarefa complexa. Tão complexa quanto manter a distinção entre o que se supõe ter ocorrido e o que se diz a respeito dele. Essa distinção, fundamental para o conhecimento histórico, nem sempre é objetivo de cuidado constante. A reflexão proposta por Jurandir

* Professor da Universidade de Brasília

Malerba sobre estrutura, estruturalismo e história estrutural alinha-se com sua respeitável tradição de textos densos, bem informados, e traz uma contribuição instigante para um problema recorrente no discurso historiográfico: o dos planos de referência. Com efeito, esse discurso está sempre marcado tanto pela referência à base empírica sobre cujas fontes se debruça quanto pela referência a si mesmo, enquanto narrativa. Em ambos os casos o discurso não parece estar destinado a meramente satisfazer a si mesmo, mas tanto a descobrir como a atribuir sentido.

Que questão se poria a essa esfinge discursiva para empregar o termo com que Malerba adjetiva, já de início, três dos conceitos que maneja (acontecimento, estrutura, narrativa)? Parece-me que a pergunta fundamental deve ser posta à ambigüidade conceitual constante do discurso histórico: há um acesso direto à **realidade** ou um acesso exclusivamente mediado? No primeiro caso, tem-se um ontologismo, no segundo, uma mitigação do realismo suposto no primeiro. A resposta tende a concentrar-se na segunda possibilidade.

Malerba tem razão em oferecer propostas de reflexão, evitando declaradamente estabelecer dicotomias excludentes. Algumas decisões metódicas, no entanto, têm de estabelecer oposições, nem que sejam conceituais.

Acontecimentos, de qualquer natureza que sejam, para a reflexão promovida pela história enquanto ciência não são triviais nem simples. São unidades complexas, que agrupam **trivialidades** e supõem hierarquizações. Pode-se entender estrutura como um macroagrupamento de ocorrências articuladas em torno de algum eixo de sentido. O discurso em que essa articulação se exprime possui outro tipo de pretensão de validade que não o simplismo ontológico.

Pode-se usar, sem grandes riscos de equivocar-se, a tese neo-kantiana de que as coisas efetivamente ocorreram. “Todo acontecimento é um fenômeno e todo fenômeno é um acontecimento”, escreve Malerba. A questão está em saber o que se pode dizer, com pertinência, sobre o ocorrido. Creio interessante lembrar aqui que se utiliza o termo **acontecimento** para o que ocorreu, mesmo se dele tenhamos pouca ou nenhuma notícia (até o momento em que a narrativa é fixada). O termo **fenômeno** poderia ser reservado para designar o acontecimento enquanto registrado e assumido pelo observador (pesquisador). Essa possibilidade parece-me compatível com a tradição do realismo mitigado

e com a perspectiva fenomenológica de que nada se registra que não seja do modo pelo qual o observador estava (está) apto a registrar.¹

O horizonte de expectativa de Ranke fica assim corrigido pelo realismo mitigado de que a percepção do observador (e, *a fortiori*, do pesquisador) nada mais pode do que supor que algo aconteceu, não obstante seu grau de complexidade. Um exemplo: é trivial aceitar-se que existiu um determinado indivíduo chamado João, da família real portuguesa, príncipe regente, na virada do século 18 para o século 19. Nada tem de trivial dizer que esse personagem, sua atuação e o contexto em que atuou se inserem numa estrutura de poder que marca o sistema de funcionamento do império português e que sua mudança para o Brasil em 1807/8 foi causada pela conturbada fase de conflitos da política internacional européia do período.

Esse exemplo serve para situar igualmente outra terna de conceitos com que Malerba opera em sua reflexão: tempo, sujeito, causalidade. Deve-se adiantar que as combinações entre as duas ternas conceituais são múltiplas. O paralelismo sugerido entre elas careceria de uma reflexão mais avançada: tempo e estrutura, como em Braudel?; acontecimento e sujeito, como em Foucault?; causalidade (somente na) narrativa, como em H. White?

Tem-se aqui apenas uma indicação de reflexão possível. Para a história econômica, como para a história intelectual, a categoria de **longa duração** sempre indicou o caminho da **estrutura** como um denominador comum ao que permanece por largos ou larguíssimos períodos. A ocorrência de tal ou qual episódio, que se atribui à ação de tais ou quais protagonistas v.g.: “o bloqueio continental foi instituído por Napoleão pelo decreto de Berlim de 21 de novembro de 1806 e reiterado pelo decreto de Milão de 17 de dezembro de 1807”. Malgrado a complexidade evidente dessa sentença [o bloqueio não se efetiva por decreto], o acontecimento [bloqueio] parece atribuído a um sujeito [Napoleão]), no entanto não se entende nem se explica pela ação individual ou grupal, isoladamente. Não obstante, nada disso se saberia se não houvesse quem o contasse. Nas fontes (como narrativa) e no discurso historiográfico (como metanarrativa), dá-se uma estruturação discursiva que articula

¹ A dependência da veracidade ou plausibilidade do conhecimento para com o registro cognitivo no sujeito (*quidquid recipitur per modum recipientis recipitur*) é uma questão que vem desde a Antiguidade clássica e encontra em Tomás de Aquino (século 13) um de seus mais intrigados analistas: “*Cognitum. est in cognoscente secundum modum cognoscentis*” (*Summa theol.*, I, Q. XII, art. 4).

referências empíricas com interpretação, para produzir o que se costuma banalmente chamar de **[um] a história de [...]**.

Malerba tem toda a razão em afirmar que a construção narrativa não se esgota em si mesma e que sua estrutura discursiva não tem o condão de meramente copiar ou de pretensiosamente inventar o mundo. Nem um extremo, nem o outro. A produção historiográfica opera numa espécie de **mundo 2**, em que a mediação do tempo passado se dá pelas fontes e pela maneira como o pesquisador as maneja. O realismo mitigado admite que, no **mundo 1**, as coisas efetivamente ocorreram como ocorreram. Esse **mundo 1** é perfeitamente compreensível a partir da experiência presente: o mundo concreto em que cada agente vive e atua faz parte da vivência memorável. Transposto para o tempo passado, a noção de **mundo 1** é plausível, embora não se possa mais ter dele a experiência que se tem do hoje (por mais limitada e fragmentária que seja). Como desse **mundo 1** passado sobra (apenas) o que os indícios transmitem, pode-se operar com a noção de um **mundo 2** em que o **mundo 1** é pensado por seus contemporâneos como digno de registro *ad perpetuam rei memoriam*, mesmo se inexplicitamente (creio que isso vale tanto para a pintura paleolítica, como para a arquitetura helênica, a cartografia renascentista ou o cinema contemporâneo). Uma observação: o uso mesmo do termo **indício** (ou **fonte**) revela que se trata de uma valorização informativa do presente projetada sobre o disponível acerca do passado que transforma **algo** em indício ou fonte de algo.

Essa consideração tem a intenção de apontar para o risco, que me parece corretamente sublinhado por Malerba, de a reflexão articuladora dos indícios e sua eventual **estrutura** virem a ser confundidas com uma ontologia histórica do agir humano no tempo. A história como ciência se debate com a mudança constante ao longo do tempo (mudança não tem ritmo prévio: pode ocorrer em instantes ou em séculos). A aparência de imobilismo (a que a micro-história sucumbiu como a uma tentação) só prevalece quando o olhar se fixa em uma espécie de atomismo, em que se quer subdividir a complexidade do real humano até chegar a episódios de tal forma ínfimos que se perderia a visão do conjunto que eles constituíram. Marc Bloch, já em 1914, alertava para o excesso analítico que inviabilizaria a síntese (BLOCH, 1995) - o que não impediu os desdobramentos posteriores. É na síntese expressa na narrativa historiográfica, argumentativa e explicativa que se fixam as permanências

relativas, que dependem de definição dos objetos, das hipóteses explicativas e dos *corpora fontium*.²

O esforço desenvolvido pelos antropólogos da linhagem de Levy-Strauss para fixar necessariamente as estruturas das organizações sociais como realidades imutáveis comuns a todos os grupos humanos mescla teoria da linguagem, psicologia junguiana e ontologismo filosófico. A busca das invariantes (**permanência**) no mosaico das sociedades diversas **mudanças** no tempo e no espaço reproduz - de modo, a meu ver, ingênuo - o tradicional paradoxo da indução generalizadora, objeto de longas polêmicas na história da filosofia que não se poderia mais abordar sem levar em conta o alerta de David Hume. O ontologismo lingüístico ou cultural, como lembra Malerba, referindo Anderson e Burke, é mais um risco. A história como ciência distingue metodicamente entre o que é ou foi (com que lida) do que poderia ter sido (o condicional contrafactual, com que não lida). O historiador contemporâneo não trata de seus objetos porque eles haveriam de ter ocorrido necessariamente como se deram. Antes, eles os abordam sob a constatação prévia que enuncia: tendo ocorrido tal fenômeno assim e assim, interessa-me descobrir, descrever, analisar e explicar por que ocorreu assim e assim. Se isso ou aquilo poderia ter ocorrido de outro modo (que, aliás, poderia ser qualquer), não é objeto da pesquisa histórica (FERGUSON, 1997).

A experiência acumulada pela pesquisa histórica, em particular na segunda metade do século 20, tende a reforçar a tese de que não se pode oferecer nenhum tipo de garantia de que tenham existido, tais quais, estruturas intrínsecas à ordem do ser dos agentes e de suas sociedades, que gerassem necessariamente atuações e organizações políticas, econômicas, sociais e culturais por si mesmas. O fator tempo e a inserção dos acontecimentos na teia das variáveis são decisivos para situar, analisar e explicar o complexo das ocorrências. Assim, a historiografia opera com

² Está claro que se tem aqui referência direta à reação antiidealista da *Revue de Synthèse Historique*, fundada por Henri Berr, em 1900. Sua preocupação era impedir a proliferação de concepções de **sistema** recheadas de **idéias no ar**, cujo fundamento empírico se perderia em elucubrações apriorísticas. Berr: "La synthèse ne repose pas sur des 'idées'". La synthèse ne comporte pas une part d'idées **en l'air**. Alors que le système, lui, si bien coordonné soit-il, peut contenir autre chose que des vérités positives, ou même contenir de contre-vérités, em "Synthèse et système", em *La synthèse, idée-force dans l'évolution de la pensée* (15e Semaine Internationale de Synthèse). Paris, 1951, p. 2. O contexto polêmico das posições de Berr não cabe aqui. Fica apenas a remissão à necessidade de refletir sobre a insistência na contraposição entre **idéias no ar** e **verdades positivas**.

concretudes empíricas que requerem explicação caso a caso. As sínteses conceituais (a elaboração de categorias abrangentes como **absolutismo** ou **capitalismo**, por exemplo) são de responsabilidade teórica do autor e não podem ser embutidas na realidade por contrabando metódico.

A transposição de sínteses relativas a um determinado período elaboradas sob as condições de outro determinado período (por exemplo: a categoria de **poder** construída sob as circunstâncias do pós-guerra nos anos 1950-1960 utilizada como chave de interpretação das relações de autoridade e mando no período colonial brasileiro ou no despotismo europeu) apresenta mais problemas de que soluções. O poder do conhecimento e o poder da política, para aproveitar o exemplo elaborado por Malerba, não coincidem, mesmo se um pode instrumentalizar o outro. Aliás, freqüentemente é o segundo (o da política) que reduz o outro (o do conhecimento). Creio que a contribuição de Habermas, com a teoria do agir comunicativo, ainda tem mais a dizer para a análise dos jogos de poder nas sociedades do que o estruturalismo. Habermas oferece mais flexibilidade teórica do que a tendência ao imobilismo dos pensadores estruturalistas (THEORIE, 1981). Algo análogo se pode dizer da contribuição de Niklas Luhmann, que situa a noção de estrutura, no âmbito dos sistemas auto-referenciados, como decorrente de expectativas comportamentais formadas em ambiente comunicativo – e não como algo existente por si mesmo, na natureza ou na sociedade (SOZIALE, 1984).³ Mesmo Paul Veyne, com sua admiração pelo indiscutível gênio de Foucault, não deixa de praticar, em seus grandes estudos clássicos sobre Roma, o cuidado da síntese de variáveis que mantém as estruturas da República e do Império no plano das realidades de fato, e não de realidades por si sós (VEYNE, 2008).⁴

É justamente por causa da valorização adequada da responsabilidade subjetiva do agente, por contraposição à sua aniquilação pelo funcionalismo (variante do estruturalismo que teve grande sucesso, em particular nas especialidades ligadas ao campo econômico e administrativo), que reduz sujeitos de qualquer tipo a funções (anônimas) no sistema de produção. Diga-se de passagem: essa é uma abordagem que se poderia igualmente aplicar ao materialismo dialético enquanto filosofia

³ Sobre a interdependência das relações sociais pode-se ainda ler seu interessante ensaio sobre a confiança (LUHMANN, 1968) e o sobre o poder (Luhmann, 1975); ed. bras. Brasília: Unb, 1985).

⁴ A relação entre interesse e pesquisa aparece na semi-autobiografia de Veyne (1995)

da história, no pensamento de Marx – o que aqui apenas se sugere, sem elaborar (GIRSCHNER, 2006).

Assim como a ação dos homens no tempo não pode ser substituída simplesmente por sua abstração em elementos funcionais ou estruturais (que não possuem existência por si mesmos), da mesma forma a densidade existencial dos agentes não pode ser diluída na estrutura lingüística de um texto, cuja opacidade física prevaleceria sobre o sentido que veiculasse. Malerba tem toda a razão em citar Pomian. O recurso lingüístico (metafórico, alegórico) está a serviço da síntese teórica e destina-se, a meu ver, a intermediar o acesso à compreensão da realidade estudada. Macroestruturas ou microocorrências geram o mesmo tipo de (aparente) imobilização que, ao observador atento, deveria mais causar espécie do que sossego. Durar muito não é sinônimo de durar sempre **estruturismo** (LLOYD, 1995) ou necessariamente **determinismo** (RORTY, 1989). O historiador deve lembrar-se de uma circunstância fundamental para a construção da narrativa: ela é produzida, com dados colhidos no **mundo 2**, no mundo reflexivo do autor presente, um **mundo 3**. Nesse **mundo 3** fala-se do **mundo 1** tal como se o encontrou registrado no **mundo 2**, sob o influxo dos interesses e das tradições ativas no **mundo 3**, que é o ambiente teórico-metódico em que o historiador de hoje opera. Essa tríade de **mundos**, em tese, é ilimitada. Por exemplo: a revisão historiográfica que se costuma fazer sobre um tema que se tem por objeto de estudos é inserir, argumentativamente, no **mundo 3**, o que o **mundo 3** de outros historiadores (e cientistas sociais) produziu sobre o **mundo 2 que estudam** todos, acerca do que teria sido (e por quê) o respectivo **mundo 1**. As efemérides sociais de celebração da memória, como as que são promovidas regularmente (por exemplo, acerca do Holocausto, da vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro ou do bicentenário da proclamação da independência do Brasil, por vir), fomentam recrudescimentos desses balanços críticos e inovadores – no que se dispõe de um forte indicador do dinamismo da reflexão e da cultura históricas.

Invariâncias ou volatilidades, permanências ou mudanças somente podem ser entendidas enquanto categorias explicativas quando se apreende sua inserção relacional na rede de interesses (carências de respostas a questões presentes consideradas relevantes, dignas de ser pesquisadas) tanto da comunidade epistêmica dos profissionais de história quanto do meio social e cultural em que se inserem (MARTINS, 2002). De uma ou de outra forma, a pretensão de racionalidade e de

veracidade que anima a iniciativa de enunciar questões e de buscar-lhes respostas é um pressuposto amplamente aceito. A argumentação racional no espaço público da comunidade epistêmica e, mais genericamente, na sociedade a que se destinam as respostas, em um segundo momento, não pode deixar de reconhecer a interdependência relacional das circunstâncias (conjunturas). Conjuntura vai de par com conjectura - o que não acarreta uma total alforria do requisito de demonstrar a plausibilidade da narrativa enquanto peça argumentativa.

A vasta exemplificação de autores oferecida por Malerba vai nessa direção. A pretensão ontológica parece-me corretamente afastada, em particular no que tange às filosofias da história especulativas, como o marxismo. Não se deixa de encontrar, todavia, uma pretensão metafísica subjacente aos esforços de encontrar traços invariantes (estruturas), sobretudo quando comuns. Creio que não se pode excluir, *a priori*, a consequência metódica da metafísica de uma síntese abrangente. A síntese abrangente, que se obtém ao produzir um entendimento sólido e argumentado sobre determinado conjunto complexo de ocorrências (a título de exemplo: a explicitação dos conceitos de mercantilismo e transição por Francisco Falcon (1981), maneja conceitos amplos e complexos, cuja validade operacional no processo explicativo tem um travo metafísico. Bem entendido: distingo a metafísica (pretensão de universalidade categorial no plano teórico-metódico) da ontologia (pretensão de pertinência absoluta com relação ao real em si). Fica aqui apenas o registro da distinção, que me parece útil para lidar com o conjunto dos **ismos** tão comuns no campo das ciências sociais.

A relação argumentativa que o texto historiográfico veicula, ao buscar explicar as razões do que ocorreu (e que estuda, como objeto), como, quando e onde ocorreu, tem de articular o particular e o genérico de forma produtiva. O que é uma forma produtiva? É quando se consegue explicar convincentemente que **costumes e sistemas jurídicos** [generalidades] são meios sociais e culturais em que interagem **sujeitos** [particularidades], que atuam da maneira **a** ou **b**, de cujo conjunto resulta tal ou qual fenômeno. Por exemplo: que conhecer o conjunto do sistema do Antigo Regime sob as condições de comportamento e gestão do período de governo de Luís XVI, na França, articulado com o entendimento dos movimentos sociais (protestos de rua em Paris contra a carestia e a falta de farinha) e a atuação de determinados personagens (líderes políticos do Terceiro Estado, do baixo clero e de certos setores da pequena nobreza), com mais uma miríade de outras variáveis

coletáveis, contribui eficazmente para o entendimento de um **macroacontecimento** intitulado **Revolução Francesa**.

Escolher a opção **genérica** em detrimento da **particular** e vice-versa aparece como a menos adequada das soluções. Assim, a referência a Reinhardt Koselleck é bem-vinda. Não consigo ver propriamente uma aporia metódica nessa complementaridade. Pelo contrário, a reflexão atual do historiador é que opera transposições e articulações. Por certo elas não devem ser quaisquer (arbitrárias), mas podem ser verossímeis e pertinentes. Não há nenhuma razão para que busquem refúgio num mundo de faz-de-conta (VAIHINGER, 1911) ou num exercício meramente estético de fruição literária.

O caráter instrumental da noção de estrutura pode ser útil na elaboração de explicações sobre a organização social, política, econômica e cultural seja de que grupo ou comunidade for. A relação estrutura-conjuntura na linha de tempo, ou de estrutura-elementos na linha dos construtos figurativos (como, por exemplo, na metáfora orgânica da sociedade), para ser eficaz, requer ser mantida no plano da virtualidade simbólica, na medida em que exprime uma interpretação metateórica da realidade histórica apreendida e processada, intelectualmente, por geração posterior (ou muito posterior) à(s) estudada(s).

Em suma, se o recurso categorial à noção de estrutura, nas suas diversas relações, pode ser de validade metódica para a elaboração da explicação histórica, não se poderia tirar como consequência que com isso a história mesma (como a suma de todos os atos humanos efetivamente praticados) se petrificasse numa estrutura (ou em mais de uma).

A reflexão de Malerba introduz o leitor em um panorama sugestivo das origens do desdobramento do estruturalismo na história e abre perspectivas de distanciamento crítico e de contraposição argumentativa. As vias estão abertas. Os presentes comentários buscam contribuir para o debate. Que se juntem a ele os espíritos críticos e independentes.

REFERÊNCIAS

BLOCH, M. *Histoire et historiens*. Paris: Armand Colin, 1995.

HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1981. v. 1.

Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 1, p. 57-66, 2008.

- HABERMAS, J. Handlungsrationalität und gesellschaftliche rationalisierung. Frankfurt: Suhrkamp, 1981. v. 2.
- FALCON, F. *Mercantilismo e Tradição*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERGUSON, N. (Org.). *Virtuelle geschichte*: historische alternativen im 20. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1999.
- GIRSCHNER C. *Ökonomismus und funktionalismus*: eine kritik an der regulationstheorie von J. Hirsch, em trend onlinezeitun. 2006. Disponível em: <<http://www.trend.infopartisan.net/trd1206/t281206.html>>. Acesso em: 09 abr. 2008.
- LLOYD, C. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LUHMANN, N. *Soziale systeme*: grundriss einer allgemeinen theorie. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.
- LUHMANN, N. *Vertrauen*: ein Mechanismus der Reduktion sozialer Komplexität. Stuttgart: Enke, 1968.
- LUHMANN, N. *Macht*. Stuttgart: Enke, 1975.
- MARTINS, E. R. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, C. B. (Org.). *Um passeio com Clio*. Brasília, DF: Paralelo 15, 2002. p. 11-26.
- RORTY, R. *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- VAIHINGER, H. *Die philosophie des Als Ob*. Berlim: Reuther & Reichard, 1911.
- VEYNE, P. *Foucault, sa pensée, sa personne*. Paris: Albin Michel, 2008.
- VEYNE. P. Le quotidien et l'intéressant, conversations with Catherine Darbo-Peschanski. Paris: Hachette, 1995.